

# Cultura, Resistência e Diferenciação Social

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora

Ano 2019

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

# **Cultura, Resistência e Diferenciação Social**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Cultura, resistência e diferenciação social [recurso eletrônico] /  
Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta  
Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-203-6

DOI 10.22533/at.ed.036192803

1. Antropologia. 2. Identidade cultural. 3. Resistência cultural.  
I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 306

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

### Cultura, Resistência e Diferenciação Social

Freud, em *O mal-estar da civilização*, obra renomada e publicada em inúmeras edições, defende que a civilização é sinônimo de cultura. Ou seja, não podemos desassociar a funcionalidade cultural em organizar um espaço, determinar discursos e produzirem efeitos.

Por vivermos em tempos em que só o fato de existir já é resistir, seria ingenuidade, tanto de assujeitamento, quanto social, acreditar que a cultura não vem produzindo a resistência, principalmente na diferenciação social. Entre estudiosos, um dos pontos mais questionáveis, entre pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, é sobre o papel do professor como agente cultural, no espaço escolar, mas não podemos legitimar que a escola, bem como o professor, sejam os principais influenciadores. Há, no social, trocas dialógicas, enunciativas e discursivas que configuram e constituem o sujeito em meio sua adequação individual, ou seja, o acultramento perpassa por “muitas mãos”, instituições, sujeitos, ideologias que atuam na formação estrutural.

De acordo com nossas filiações, determinamos culturas, determinamos não culturas, assim como afirma Bourdieu (1989), que responsabiliza essas legitimações aos próprios sujeitos que as vivem. Resistir seria, neste caso, transformar o mundo no qual estamos inseridos.

A escola precisa ser transformada, há muito tempo ela serve à legitimação da cultura dominante. É de fundamental relevância que a escola esteja cada vez mais próxima daqueles que são, de certa forma, o coração que a faz pulsar, da comunidade escolar que, ao garantir sua identidade cultural, cada vez mais se fortalece no exercício da cidadania democrática, promovendo a transformação da escola em uma escola mais humanizada e menos reprodutora, uma escola que garanta, valorize e proteja a sua autonomia, diálogo e participação coletiva. Assim, dentro dessa coletânea, buscou-se a contribuição do conceito de mediação como um possível conceito de diálogo para com as problemáticas anteriormente explicitadas.

O termo ensino e aprendizagem em que o conceito de mediação em Vigotsky (2009) dá início à discussão a uma discussão sobre mediação, que considera o meio cultural às relações entre os indivíduos como percurso do desenvolvimento humano, onde a reelaboração e reestruturação dos signos são transmitidos ao indivíduo pelo grupo cultural. As reflexões realizadas, a partir dos artigos propostos na coletânea, nos mostram que a validação do ensino da arte, dentro das escolas públicas, deve se fundamentar na busca incessante da provocação dos sentidos, na ampliação da visão de mundo e no desenvolvimento do senso crítico de percepção e de pertencimento a determinada história, que é legitimada culturalmente em um tempo/espaço.

A escola precisa fazer transparecer a possibilidade de relações sociais, despertar e por assim vir a intervir nestes processos. Se deve analisar de maneira mais crítica aquilo que é oferecido como repertório e vivência artística e cultural para os alunos, bem como se questionar como se media estas experiências, ampliar as relações com a arte e a cultura, ao contrapor-se ao exercício de associação exercido muitas vezes pela escola nas práticas de alienação dos sujeitos diante de sua realidade.

Todos, no espaço escolar, atuando de maneira mais contributiva como lugar propício para ressignificação, mediação, produção cultural e diálogos culturais, que articulados junto a uma política cultural democrática podem vir a construir novos discursos que ultrapassam os muros que restringem a escola a este espaço de dominação, legitimado pelo atual sistema. A escola, dentro desta perspectiva, passa a ser concebida como um espaço de dupla dimensão. Dentro desta concepção, os processos de mediação potencializam a práxis de um pensamento artístico e cultural. É, atuando atrelado ao cotidiano, em uma perspectiva de mediação, que parte destes pressupostos apresentados que a escola passa a adquirir um carácter de identidade, resistente à homogeneização cultural. A escola pode causar novas impressões, pode abrir seu espaço para novos diálogos e conversações.

É preciso, no entanto, despertar esta relação, desacomodar-se do que é imposto. Muitos são os fatores que teimam em desmotivar, no entanto, está longe desta ser a 90 solução para um sistema educacional que precisa de maneira urgente ser repensado. Ao acompanhar a ação nestas escolas, foi impressionante observar como a movimentação contagiava todos, até mesmo aos que observavam a movimentação e curiosos passavam pelo espaço, alunos de outras turmas apareciam para ajudar e tudo era visto com grande expectativa. Os alunos que participaram do processo aparentavam estar realmente coletivamente envolvidos, e isso pode ser observado nos depoimentos. O movimento observado na montagem, na realização da exposição e na ação educativa foi surpreendente e demonstra que a escola carrega realmente consigo algo muito precioso, que é pouco valorizado, o cotidiano real, o qual não está incluso em documentos, a parte viva da escola.

A presente ação demonstrou que a escola pode tomar rumos diferentes dos quais ela é designada pelo sistema. Aponta que um destes caminhos é apostar nos processos de mediação cultural que partam do cotidiano dos sujeitos que constituem este espaço. Assim, os processos de mediação cultural atrelados ao conceito de cotidiano não documentado atuam como exercício de partilha do sensível e colaboram na formação da práxis de um pensamento artístico e cultural. Esta concepção aqui analisada remete à tomada de uma nova postura frente ao ensino da arte e a concepção de espaço escolar assinala à construção de narrativas que possam contribuir para a construção de uma escola menos determinista e mais humanitária. Ao se realizar uma ação como esta proposta, o espaço escolar permite uma participação ativa e democrática entre seus autores, possibilitando a troca de vivências e experiências na comunidade escolar, promovendo um diálogo que potencializa a produção cultural dos alunos. A mediação dos trabalhos pelos alunos foi, segundo os depoimentos, algo muito rica e satisfatória para eles, os quais se mostraram maravilhados ao poderem partilhar de suas criações e apresentá-las à comunidade escolar.

Na ação educativa os alunos mediam o processo criativo e estes momentos de mediação, em absoluto, se configuraram como exercícios de partilha do sensível, que carregados de significados possibilitam a troca e o contato com o outro. Diante do que aqui se faz exposto, nada se tem a concluir como algo pronto e acabado, assim o que se faz é concluir uma etapa, que se transformará em múltiplas possibilidades de

novos fazeres, desta teia de retalhos cabe, por agora, apreciar a parte que foi tecida e refletir, para sem muito tardar, sair em busca de outros retalhos que possa quiçá, um dia, tornar-se uma trama densa da práxis educativa e artística.

No artigo *A comunidade dos Arturos: existir, resistir, sobrevir*, as autoras, Elenice Martins Barros Castro e Edilene Dias Matos buscam difundir-las, através de festas, ritos e outras manifestações. Nos momentos festivos, sua história é contada por cantos, danças, ritmos dos tambores e dos rituais, que transmitem um legado secular. No artigo **A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE LANÇAMENTO EM ALCÂNTARA E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS OCASIONADA A COMUNIDADE DE MARUDÁ**, a autora Francisca Thamires Lima de Sousa, busca identificar e analisar as principais implicações socioculturais ocasionadas aos quilombolas que residem na agrovila de Marudá desde a implantação do Centro de Lançamento e as principais transformações espaciais. No artigo **ANTI-COLONIZAR OS AFETOS DA BRANQUITUDE NO FEMINISMO BRASILEIRO**, a autora ÉLIDA LIMA pretende instigar brevemente a crítica de algumas formas pelas quais efeitos teóricos e afetos cotidianos da branquitude têm suscitado enfrentamentos e transformações no movimento de mulheres brasileiras nos últimos anos, em especial na experiência feminista interseccional. No artigo **AS IMPRESSÕES DOS ÍNDIOS XOKÓ E A POSIÇÃO DOS JURISTAS SOBRE A PEC 215 E A TESE DO MARCO TEMPORAL**, os autores Liliane da Silva Santos e Diogo Francisco Cruz Monteiro examinam documentos sobre os direitos garantidos aos índios na Constituição de 1988 e averiguar as posições dos juristas sobre a PEC 215 e a tese do marco temporal. Realizamos revisão de literatura, análises de legislações indigenistas, das decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as demarcações de terras indígenas. No artigo **BELÉM COMO METRÓPOLE CULTURAL E CRIATIVA DA AMAZÔNIA**: contribuições para a elaboração do Plano Municipal de Cultura de Belém, o autor Valcir Bispo Santos busca apresentar alguns elementos que possam contribuir para a elaboração do Plano Municipal de Cultura de Belém, maior cidade da Amazônia Oriental brasileira. A ideia básica é que a elaboração deste plano pode se sustentar em três (3) diretrizes fundamentais: Participação Social, Criatividade e Diversidade Cultural. No artigo **CORPO PRIVADO CORPO POLITICOS**, os autores Aurionelia Reis Baldez Joice de Oliveira Faria identificar como vem sendo pensada a salvaguarda das culturas populares através do corpo que dança, apontando limiares entre espetacularização nas rodas da cultura e a realidade vivida nas estruturas de poder capitalista. Guiaremos nossa cartografia poética tendo o samba de roda como principal fonte de observação para pensar corpos privados e corpos políticos. A partir das reflexões feitas por Stuart Hall (2013). No artigo **CULTURA E SUAS PERFORMANCES NA ANTROPOLOGIA, SEMIÓTICA DA CULTURA E ESTUDOS CULTURAIS**, os autores, Juliano Batista dos Santos, Jordan Antonio de Souza, José Serafim Bertoloto buscam realizar uma análise teórico-reflexiva sobre a forma como a Antropologia, a Semiótica da Cultura e os Estudos Culturais abordam, estudam e interpretam a cultura. O propósito, todavia, não está reduzido ao entendimento da identidade de cada uma dessas ciências. **DO ATO FÓBICO AO ATO MÁGICO PÓS-POLÍTICO: O NOVO MERCADO DISCURSIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA** os

autores João Luiz Pereira Domingues, Leandro de Paula Santos, Mariana de Oliveira Silva buscam diagnosticar variações narrativas que forjam novos parâmetros de legitimidade para o tratamento da cultura em nível federal em um processo que se organiza sob dois atos discursivos, nomeados ato fóbico e ato mágico pós-político. No artigo **DO EXCESSO DE IMAGENS AO ESVAZIAMENTO DA MENTE**, a autora Sophia Mílian Bagues dos Santos busca aproximar a teoria semiótica de Peirce da filosofia budista tibetana, partindo da compreensão da contemporaneidade como um fabuloso sistema de signos que nos aprisiona ao Samsara, conceito oriental que pode ser entendido, em última instância, como a civilização da imagem. No artigo **MODERNIDADE, DESENVOLVIMENTO E CULTURA VIVA COMO NOVA CONCEPÇÃO DE CULTURA POPULAR**, o autor Miguel Bonumá Brunet analisa três concepções sobre o conceito de cultura popular, visando a compreendê-las sob a perspectiva da sociologia compreensiva, buscando delinear tipos-ideais balizados nos sentidos intentados pelos atores sociais que praticam ações de produção, difusão e fruição cultural. No artigo **O CÔMICO, O JOCOSO E O DÚBIO NAS CANTORIAS DO PALHAÇO** a autora ALDA FÁTIMA DE SOUZA trata da associação dos diversos e atuais estudos sobre a emissão vocal, que nos permite direcionar nossa voz para a fala ou o canto, com a pesquisa de doutorado em andamento “Reprises Circenses: as bases fundantes e históricas evidentes nos circos brasileiros”. No artigo **O PENSAMENTO NÔMADE DO CINEMA MARGINAL BRASILEIRO**, os autores Amanda Souza Ávila Lobo Auterives Maciel Jr. Milene de Cássia Silveira Gusmão buscam pontuar como o cinema marginal traz um pensamento nômade de máquina de guerra, na medida em que se utiliza de signos que fogem ou que fazem fugir o império dos modelos maiores, entrando em relação com outros domínios moleculares de sensibilidade que transgridem ou propõem transvalorar os valores. No artigo **TRABALHANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO EM AULAS DE HISTÓRIA: SANTUÁRIO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO**, os autores Liana Barcelos Porto e Adival José Reinert Junior buscam compreender como o patrimônio cultural e religioso vem sendo trabalhado nas escolas da sede da rede municipal da Cidade de Canguçu RS (Canguçu tem 33 escolas municipais, 6 localizadas na cidade e 27 no interior do município). **TRILHA DA VIDA COMO EXPERIÊNCIA SENSÍVEL E CULTURAL**, os autores Allan Hoffmann, Nadja de Carvalho Lamas, Euler Renato Westphal buscam discutir sobre o campo do Patrimônio, principalmente nas categorias de patrimônio cultural, aplicados em um experimento educacional e instalação de Arte&Ciência Trilha da Vida presente na paisagem cultural do bairro da Limeira em Camboriú/SC. No artigo **ÉTICA DO ENCONTRO A PARTIR DA PESQUISA AUDIOVISUAL: REFLEXÕES SOBRE O CURTA “FILOSOFIAS DO CORPO NO CARIRI”**, a autora Natacha Muriel López Gallucci, busca discutir e teorizar aspectos éticos da investigação audiovisual na fronteira entre o filme documentário e o denominado “ensaio fílmico” tomando como objeto de reflexão o processo de pesquisa empírica, registro imagético, edição e exibição do curta-metragem Filosofias do corpo no Cariri cearense (2018). No artigo **Cultura, Resistencia e Diferenciação Social**, os autores, Solange Aparecida de Souza Monteiro, Heitor Messias Reimão de Melo, Paulo Rennes Marçal Ribeiro,

buscam analisar na obra Freud, em O mal-estar da civilização, obra renomada e publicada em inúmeras edições, defende que a civilização é sinônimo de cultura. Ou seja, não podemos desassociar a funcionalidade cultural em organizar um espaço, determinar discursos e produzirem efeitos.

Solange Aparecida de Souza Monteiro



## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A COMUNIDADE DOS ARTUROS: EXISTIR, RESISTIR, SOBREVIR	
<i>Elenice Martins Barros Castro</i>	
<i>Edilene Dias Matos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0361928031</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE LANÇAMENTO EM ALCÂNTARA E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS OCASIONADA A COMUNIDADE DE MARUDÁ	
<i>Francisca Thamires Lima de Sousa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0361928032</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>26</b>
ANTI-COLONIZAR OS AFETOS DA BRANQUITUDE NO FEMINISMO BRASILEIRO	
<i>Élida Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0361928033</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
AS IMPRESSÕES DOS ÍNDIOS XOKÓ E A POSIÇÃO DOS JURISTAS SOBRE A PEC 215 E A TESE DO MARCO TEMPORAL	
<i>Liliane da Silva Santos</i>	
<i>Diogo Francisco Cruz Monteiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0361928034</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
BELÉM COMO METRÓPOLE CULTURAL E CRIATIVA DA AMAZÔNIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELÉM	
<i>Valcir Bispo Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0361928035</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>66</b>
CORPO PRIVADO CORPO POLITICOS	
<i>Aurionelia Reis Baldez</i>	
<i>Joice de Oliveira Faria</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0361928036</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>75</b>
CULTURA E SUAS PERFORMANCES NA ANTROPOLOGIA, SEMIÓTICA DA CULTURA E ESTUDOS CULTURAIS	
<i>Juliano Batista dos Santos</i>	
<i>Jordan Antonio de Souza</i>	
<i>José Serafim Bertoloto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0361928037</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>91</b>
DO ATO FÓBICO AO ATO MÁGICO PÓS-POLÍTICO: O NOVO MERCADO DISCURSIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA	
<i>João Luiz Pereira Domingues</i>	
<i>Leandro de Paula Santos</i>	
<i>Mariana de Oliveira Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0361928038</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>106</b>
DO EXCESSO DE IMAGENS AO Esvaziamento da Mente	
<i>Sophia Mídan Bagues dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0361928039</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>115</b>
MODERNIDADE, DESENVOLVIMENTO E CULTURA VIVA COMO NOVA CONCEPÇÃO DE CULTURA POPULAR	
<i>Miguel Bonumá Brunet</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03619280310</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>130</b>
O CÔMICO, O JOCOSO E O DÚBIO NAS CANTORIAS DO PALHAÇO	
<i>Alda Fátima de Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03619280311</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>138</b>
O PENSAMENTO NÔMADE DO CINEMA MARGINAL BRASILEIRO	
<i>Amanda Souza Ávila Lobo</i>	
<i>Auterives Maciel Jr</i>	
<i>Milene de Cássia Silveira Gusmão</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03619280312</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>148</b>
TRABALHANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO EM AULAS DE HISTÓRIA: SANTUÁRIO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	
<i>Liana Barcelos Porto</i>	
<i>Adival José Reinert Junior</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03619280313</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>155</b>
TRILHA DA VIDA COMO EXPERIÊNCIA SENSÍVEL E CULTURAL	
<i>Allan Hoffmann</i>	
<i>Nadja de Carvalho Lamas</i>	
<i>Euler Renato Westphal</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03619280314</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>166</b>
ÉTICA DO ENCONTRO A PARTIR DA PESQUISA AUDIOVISUAL: REFLEXÕES SOBRE O CURTA “FILOSOFIAS DO CORPO NO CARIRI”	
<i>Natacha Muriel López Gallucci</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03619280315</b>	

**CAPÍTULO 16 ..... 183**

UMA PROPOSTA DE LEITURA DISCURSIVA: RESISTÊNCIA E DIFERENCIAÇÃO SOCIAL

*Solange Aparecida de Souza Monteiro*

*Heitor Messias Reimão de Melo*

*Paulo Rennes Marçal Ribeiro*

**DOI 10.22533/at.ed.03619280316**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 194**

## ANTI-COLONIZAR OS AFETOS DA BRANQUITUDE NO FEMINISMO BRASILEIRO

**Élida Lima**

Pontifícia Universidade Católica De São Paulo  
Psicologia Clínica  
Núcleo De Estudos Da Subjetividade  
São Paulo  
2019

**RESUMO:** O artigo pretende instigar brevemente a crítica de algumas formas pelas quais efeitos teóricos e afetos cotidianos da branquitude têm suscitado enfrentamentos e transformações no movimento de mulheres brasileiras nos últimos anos, em especial na experiência feminista interseccional. A teoria feminista tem produzido sistematicamente uma crítica à masculinidade; deseja-se salientar que é necessário para o feminismo conectado ao cotidiano social alcançar uma crítica às normativas raciais. O presente estudo percorre algumas heranças de um Brasil-colônia, assim como as atualizações de conceitos e práticas no feminismo marcadas pela intensificação, na última década, dos protagonismos e pautas do feminismo negro, que tem levado o feminismo interseccional a se deparar com sua branquitude. Perceberemos que a branquitude, ou identidade racial branca, pode ser uma porta de entrada para encarar questões da interseccionalidade que passam a ser melhor consideradas pelo feminismo como problemas relacionais, assim como

um espaço afetivo-teórico onde se revelam questões capazes de interpelar o conjunto de valores que determina o modelo universal de humanidade e brasilidade. O processo de discussão sobre relações raciais no feminismo pode ser uma genuína experiência de formação política, como potente mobilizador de forças de libertação? Pesquisamos transformações nas subjetividades para expressar afetos contemporâneos em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos. Trata-se da produção de ideias e de ações capazes de fazer enfrentamento a todo pensamento colonizador das subjetividades. Sendo o feminismo uma filosofia prática, é preciso intensificar suas crises ao ponto de gestar conceitos e práticas atualizados às estratégias feministas anti-coloniais.

**PALAVRAS-CHAVE:** feminismo; relações raciais; branquitude; interseccionalidade; anticolonialismo.

### ANTI-COLONIZAR OS AFETOS DA BRANQUITUDE NO FEMINISMO BRASILEIRO

Nos últimos anos, afetos cotidianos e efeitos teóricos da branquitude têm suscitado enfrentamentos e transformações no movimento de mulheres brasileiras, em especial na experiência feminista interseccional.

O apagamento de determinadas existências políticas tem sido questionado e teorizado por feministas negras estadunidenses e latino-americanas no plano macropolítico pelo menos desde o discurso que a ex-escrava Sojourner Truth proferiu de improviso em 1851, na Women's Convention, em Ohio, depois de conquistar a liberdade em 1827:

“Muito bem crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora da ordem. Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?” (Truth, 1851)

O que Sojourner coloca em forma de vivência é o que tem sido percebido insuficientemente pela literatura feminista. Enquanto o feminismo se dedicou historicamente a fazer uma crítica extensa ao sujeito masculino universal, não se dedicou satisfatoriamente para compor uma crítica ao sujeito feminino universal.

A crítica do sujeito operada pelo feminismo começa a aparecer com destaque na obra de Judith Butler a partir de 1990 no livro “Problemas de gênero”, que chega ao Brasil em 2003 e fica conhecido como “o livro que desconstruiu o conceito de gênero no qual está baseada toda a teoria feminista”. Butler mostra que o livro traz “uma crítica da heterossexualidade compulsória dentro do feminismo” (Butler, 2005), portanto ainda não uma crítica à branquitude compulsória dentro do feminismo.

Se é relativamente fácil para nós relacionarmos alguns valores à negritude, tanto no plano teórico quanto no prático, porque não nos parece acessível - sobretudo por que não nos é necessário - relacionar valores à branquitude que são estruturantes da sociedade e do feminismo, como os conhecemos? É necessário revelar o hegemônico para fortalecer o não-hegemônico. É de importância vital para o feminismo e para qualquer prática anti-colonial: nomear a norma. Convoco entre as contemporâneas Jota Mombaça, pensadora trans, potiguar mundana:

“Nomear a norma é o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência, porque a norma é o que não se nomeia, e nisso consiste seu privilégio. A não-marcação é o que garante às posições privilegiadas seu princípio de não questionamento, isto é: seu conforto ontológico, sua habilidade de perceber a si como norma e ao mundo como espelho. Nomear a norma é devolver essa interpelação e obrigar o normal a confrontar-se consigo próprio, expor os regimes que o sustentam, bagunçar a lógica de seu privilégio, intensificar suas crises e desmontar sua ontologia dominante e controladora”. (Mombaça, 2016)

Esboçamos perguntas norteadoras: como a branquitude se expressa no

feminismo brasileiro hoje e como pode afetar o surgimento de novos modos existência feminista e de experiência política?

Chegamos a uma definição, de Denise Carreira que compreende branquitude tal qual compreendemos até aqui, como um sistema de valores:

“A branquitude é compreendida como um sistema de valores e comportamentos que toma o ser branco como o modelo universal de humanidade, o representante de todas as pessoas. Esses valores levam a uma espécie de cegueira social, fazendo com que parte das pessoas brancas não consiga enxergar a dor das que enfrentam discriminação étnico-racial. A branquitude faz com que muitos entendam como ‘natural’ a desigualdade entre pessoas de diferentes pertencimentos raciais”. (Carreira, 2013)

Muitas vezes, ao discutir sobre racismo, feministas esperam abordar uma opressão que está lá na sociedade, e não algo que as envolva diretamente, ou que envolva a instituição da qual fazem parte. Edith Piza, uma das poucas brancas a pesquisar a branquitude, coloca como “tudo parece acessível, mas, na realidade, há uma fronteira invisível que se impõe entre o muito que se sabe sobre o outro e o quase nada que se sabe sobre si mesmo” (Piza, 2002). Maria Aparecida Bento, negra, conhecida como Cida Bento, é uma das principais referências no estudo sobre branquitude no Brasil, e nos fala sobre o “daltonismo de cientistas e estudiosos que conseguem investigar, problematizar e teorizar sobre questões referentes aos indivíduos de nossa sociedade de forma completamente alienada da história dessa sociedade, que já tem 400 anos” (Bento, 2002a).

A questão brasileira se deu e se dá de forma diferente das demais partes do mundo, teóricos começaram a expor as singularidades da branquitude segundo nosso território. Vamos observar uma herança do processo histórico brasileiro de apagamento de certas identidades políticas, que afeta o feminismo em sua branquitude, uma herança colonial profundamente conectadas no apagamento da identidade racial branca e de seus, como diz “fortes matizes ideológicos, políticos, econômicos e simbólicos que explicam e, ao mesmo tempo, desnudam o silêncio e o medo” (Bento, 2002a): o mito da democracia racial.

Não se ressalta suficientemente ou responsabilmente o fato histórico talvez mais importante para a constituição da nação Brasil, da nação mestiça, da nação tupiniquim, da nação da democracia racial. O Brasil teve a maior escravidão do mundo. Esse fato histórico é composto de outros fatos históricos revistos no “Atlas of the Transatlantic Slave Trade” (Eltis & Richardson, 2010), que mostram que o papel do Brasil do negócio da escravidão é muito maior do que se pensava. O Brasil foi o primeiro país a importar pessoas da África para o escravismo, em 1539. Conte-se, antes disso, a escravização dos chamados “gentios” ou “negros da terra”, os índios. O Brasil é o país que mais recebeu pessoas escravizadas, totalizando 60% de todos os escravizados provenientes da África no mundo, 5 milhões e 800 mil pessoas. O Brasil foi o último país a abolir o tráfico escravista. E finalmente: o Brasil foi o último país a

abolir a escravidão em si, em 1888.

Agora vamos dar um passeio pelas Américas. No continente também se encontra o primeiro país do mundo a acabar com o tráfico e com a escravidão, e de uma só vez. Sabemos que país é esse e do fato histórico que impacta objetiva e subjetivamente a branquitude do nosso feminismo? Haiti. Em 1805, a primeira e única libertação que foi uma revolução. Lemos com Diane Lima:

“No século XVIII, um levante de consequências avassaladoras tomou conta do Haiti. Lutando pelo fim da exploração colonial nas Américas, a independência da república da ilha de São Domingos se consolidou como a única feita por cativos e libertos, tornando o país o primeiro a ser governado por pessoas de ascendência africana. A intenção de fundar-se como uma nação negra materializou-se na façanha que foi a proclamação do artigo 14 da Constituição Haitiana de 1805, que dizia: “Todos os cidadãos, de agora em diante, serão conhecidos pela denominação genérica de negros”. De tamanha ousadia nascia o *haitianismo* [ou medo branco]<sup>1</sup>, expressão criada para dar nome ao pânico gerado pela possibilidade de que uma insurreição daquela dimensão se repetisse em outros lugares da América escravista.” (Lima, 2017)

Como tal fato impactou o maior e último país escravista do mundo? Sabemos do medo branco como principal motivação da abolição da escravidão no último recanto colonial do planeta, e não as benesses da brancura? Sabemos do medo branco como principal motivação da imigração de uma nacionalidade europeia escolhida a dedo para branquear o Brasil, e não exclusivamente de uma força produtiva já adaptada à economia industrial capitalista? Sabemos que a chamada ideologia do branqueamento, que hoje passou a ser interpretada pela branquitude como um problema dos negros, teve início com um problema explícito das elites brancas: o desejo de branquear?

O livro “Onda Negra, Medo Branco”, de Célia Maria de Azevedo mostra que durante toda a década de 1870, os temas do negro livre e do imigrante ideal nortearam os debates dos deputados provinciais. Preocupados com a extinção da escravidão em futuro próximo, os deputados travavam intensas e acaloradas discussões, visando solucionar a questão da substituição do escravizado pelo trabalhador livre antes mesmo que ele se tornasse um problema para os proprietários:

“Sr. presidente, desgraçadamente para nós, não se instala uma sessão judiciária sem que, perante ela, represente-se um desses dramas sanguinolentos, onde nós vemos o lar doméstico do fazendeiro lavado em sangue, e onde vemos muitas vezes, de envolta com o crime cometido, ameaçada a honra de nossas famílias! Não há dúvida, sr. presidente, que estamos à borda de um abismo, ou pisando sobre um vulcão!” (apud Azevedo, 1987)

“Sr. presidente, esse não é senão o brado eloquente de cada um de nós em face da situação crítica e lamentável que atravessa a nossa província, recebendo diariamente dos portos do norte, não braços que venham aumentar a sua renda; mas em regra geral, ladrões e assassinos que vêm perturbar a paz do lar doméstico e conservar em constante alarma e sobressalto as famílias e, finalmente, as pequenas povoações”. (apud Azevedo, 1987)

“Sr. presidente, o Brasil não é, e não deve ser, o Haiti”. (apud Azevedo, 1987)

---

1 colchetes da autora

Sabemos que após a abolição, praticamente o mesmo contingente de imigrantes europeus que de escravizados foi convidado ao Brasil (não sequestrado, não roubado) para “trabalhar na economia industrial capitalista” e que foram eles que trouxeram nas malas o anarco-sindicalismo? Sabemos que o feminismo brasileiro histórico é forjado no campo político das esquerdas, portanto, em centrais sindicais, associações de classe, centros acadêmicos? E, antes disso, sabemos que o cruzamento racial foi determinado pela violência e exploração do português de ultramar contra as mulheres não-brancas sob o cativo? “A miscigenação exaltada por Gilberto Freyre como um embrião da democracia racial e base de nossa identidade nacional – povo mestiço, moreno – foi parte da escravidão colonial” (Carone, 2002). Enquanto o Haiti tornou o conflito constitucional: Agora somos todos negros; o Brasil o tornou tácito: Shhh! Agora somos todos brancos.

“Não seja uma branca culpada, seja uma branca responsável”. O pedido é de Djamila (Ribeiro, 2018) . Se como feministas não nos detivermos em examinar as violações mais graves estruturantes de uma sociedade até hoje escravocrata, é também devido à resistência em reformular as imagens que nos foram impostas como o modelo universal de humanidade. Cida Bento coloca que “é compreensível o silêncio e o medo, uma vez que a escravidão envolveu apropriação indébita concreta e simbólica, violação institucionalizada de direitos durante quase 400 dos 500 anos que tem o país” (Bento, 2002).

Mas o silêncio não pode apagar o passado e por meio de seu silêncio às questões coloniais, o feminismo brasileiro pode, aos poucos e cada vez mais, ir se tornando cativo àquilo a que se opõe.

A interseccionalidade no caso brasileiro nos força a uma sobreposição de lentes, já que, como diz Suely Carneiro “Raça estrutura classe no Brasil” (Carneiro, 2017). Mesmo para passarmos a um estágio de encontro com certa ancestralidade mestiça ou cabocla em nossos corpos femininos embranquecidos, será necessário sairmos da invisibilidade das estratégias de perpetuação da nossa branquitude. A interseccionalidade brasileira nos força a marcar-nos como brancas para assumir uma ação não-racista no mundo.

Como conceito emergente, a branquitude é polissêmica. Um pouco diferente da branquitude compreendida como um sistema de valores, Janet Helms, estudiosa do “White Critical Studies” que se desenvolveu nos Estados Unidos a partir dos anos 1990, entende branquitude como um processo de tomada de consciência da identidade racial branca; afirma que a evolução de uma possível identidade racial branca não-racista pode ser alcançada se a pessoa aceitar sua própria branquitude, e as implicações culturais, políticas, socioeconômicas de ser branca, definindo uma visão do eu como um ser racial. Adverte que é um processo sempre em andamento, no qual a pessoa precisa estar continuamente aberta a novas informações e formas de pensar sobre variáveis culturais e raciais (Helms, 1990).

De Janet a Jota, sugere-se intensificar as crises. Muitas feministas conclamam



o congelamento das crises nas subjetividades em prol da unificação do feminismo. Quando emerge a questão racial nos movimentos feministas, assim como nos sindicatos, vemos emergir o que Cida Bento chama de “temores de ruptura e de prejuízo à totalidade” (Bento, 2002b). “Estamos juntas” tornou-se um imperativo. Mas quais as composições possíveis entre nós (que não necessariamente são união, e não podem ser fechamento) para que lutemos, ou para que afirmemos juntas nossas diferenças em prol da criação de outros mundos possíveis?

É necessária uma descolonização dos afetos da branquitude no feminismo. Mulheres brancas são o elemento essencial no problema das relações raciais no feminismo brasileiro. Enegrecer o feminismo seria, portanto, para as mulheres brancas, enfrentarem suas branquitudes, investigarem onde agem pela norma e quais as consequências subjetivas e materiais dessas ações no mundo, visando assumir responsabilidade política por gerar novos mundos e reconhecer novos mundos. Seria um projeto de redistribuição de violência, com Jota, que diz ser preciso “partir do princípio de que é tão fundamental abraçar a própria violência quanto tornar-se responsável por ela” (Mombaça, 2016).

Nesse sentido, feminismo branco não é o feminismo de mulheres brancas; feminismo branco é aquele não reconhece a perspectiva racial do seu feminismo e que não valoriza o engendramento das perspectivas não-brancas e branca crítica para o feminismo. A herança silenciada da branquitude grita na subjetividade contemporânea das mulheres brancas, beneficiárias simbólicas e concretas dessa realidade. Feminismo branco é aquele que, diante da realidade do racismo, não se afeta a ponto de realizar mudanças e assumir interesses nem sempre confessáveis.

Que composição possível para o feminismo contemporâneo pode visar a superação de distorções históricas nas intersubjetividades nacionais? Se a tradição do feminismo brasileiro não tem dado conta de tal tarefa, seria, em grande parte, pela manifestação determinante de sua branquitude? Qual o projeto do feminismo para a superação da branquitude como impeditivo de uma vida afirmativa e ética, especialmente nas especificidades das relações raciais brasileiras?

Do ponto de vista empírico, são inúmeros os traços que hoje reconheço como manifestações da branquitude no feminismo brasileiro, seja no movimento de que faço parte ou em outros que acompanho: a negação do preconceito; a reatividade frente à discussão das relações raciais; a europeização e americanização da compreensão de mundo, que levam a distorções da realidade brasileira; a relativização dos efeitos da escravidão; a relativização da escravidão como fato histórico; o apelo às questões de classe como unificadoras das diferenças raciais; a interrupção da fala negra; a apropriação da fala negra; a recorrência em nomear a outra, ou seja, dizer quem é negra e quem não é; o profundo desconforto em ser marcada como branca; oferecimento de explicações, mas não de compreensão; o ressentimento pessoal; o desconforto com a ascendência social de pessoas negras; o apelo ao branqueamento quando a pauta é a branquitude, ou seja, a isenção branca e a culpabilização negra; o apelo aos

critérios de descendência, quando a marca racial no Brasil é fenotípica; a carteirada, ou seja, a demonstração de filiação antiga a movimentos históricos para deslegitimar as vivências do cotidiano; o recalque do corpo, onde questões da sexualidade também são abafadas e acachapadas na luta de classes e no cadinho de raças.

Ainda que esse estudo tenha ajudado a evidenciar tais características, ainda não está compreensível como explorá-las sistematicamente, mas certamente ajuda a compreender como a branquitude, ou identidade racial branca, pode ser uma porta de entrada ou óculos para encarar questões da interseccionalidade que somente agora começam a ser melhor consideradas pelo feminismo nacional - como a cisgeneridade e outras questões como o capacitismo e a própria questão de classe -, como problemas relacionais e não de guetos identitários. A identidade passa a ser pensada não como origem ou modelo para invisibilizar outras manifestações, mas em termos de aparição e ação em proveito das diferenças. Sendo o feminismo uma filosofia prática, é preciso intensificar a crise de seus conceitos e práticas ao ponto de gerar outros mais atualizados às nossas estratégias anti-coloniais.

## REFERÊNCIAS

Azevedo, Célia Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites no século XIX. Paz e Terra, 1987.

BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. In **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Vozes, 2002a.

BENTO, Maria Aparecida. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2002b.

BUTLER, Judith. **Gender trouble**: Feminism and the Subversion of Identity. New York: Routledge, 1990.

CARNEIRO, Suely. **Raça estrutura classe no Brasil**. Entrevista. Revista CULT, número 223, ano 20, maio de 2017.

CARONE, IRAY. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Vozes, 2002.

CARREIRA, Denise. **Indicadores da qualidade na educação**: relações raciais na escola / Denise Carreira, Ana Lúcia Silva Souza. Ação Educativa, 2013.

ELTIS, David; RICHARDSON, Davis. **Atlas of the Transatlantic Slave Trade**. New Haven & Londres: Yale University Press, 2010.

HELMS, Janet E. **Black and White Racial Identity**: Theory, Research, and Practice. New York: Autora, 1990.

LIMA, Diane. **Agora Somos Todxs Negrxs?** Texto sobre exposição homônima curada por Daniel Lima no Videobrasil, em São Paulo. Revista Bravo, 2017.

MOMBAÇA, Jota. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência.** Oficina de imaginação política. Fundação Bienal de São Paulo, 2016. p. 11, 15.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2002. p. 59, 77.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo Negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TRUTH, Sojourner. **Ain't I a Woman?** Women's Convention. Discurso. Akron, Ohio, 28-29 May 1851.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-203-6



9 788572 472036